

Nova meta de superávit será incluída no acordo com FMI

Para analistas, esforço vai estabilizar dívida e é na medida certa para que mercado acredite no seu cumprimento

Vivian Oswald, ~~Enio~~ **Enio** Vieira
e Luciana Rodrigues

● **BRASÍLIA e RIO.** A nova meta para o superávit primário anunciada ontem, de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), será incluída no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na segunda avaliação do entendimento que começa a ser feita na próxima semana. Segundo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a equipe econômica não havia conversado sobre esse número com o Fundo.

— O FMI não insistiu em relação a um aumento da meta e disse que havia um clima de confiança na economia brasileira. A diretoria do Fundo aceitou a ponderação do Brasil de que era preciso aumentar o superávit e não acredito que eles vão discordar deste valor — disse Palocci.

O governo também pretende manter no acordo com o FMI a intenção de vender os bancos estaduais que já foram federalizados, como os dos estados de Santa Catarina, Maranhão, Piauí e Ceará. Na campanha eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometera rediscutir com os governadores o futuro desses bancos.

Na segunda-feira, desembarca no Brasil a missão de técnicos do FMI, composta por oito integrantes e chefiada pelo economista argentino Jorge Marquez-Ruarte.

A nova meta fiscal foi considerada na medida certa por economistas e analistas de mercado. O número, dizem os especialistas, representa um esforço fiscal grande, porém

capaz de ser alcançado. Se a meta fosse mais ambiciosa, afirmam, poderia levantar dúvidas sobre a capacidade de o governo cumpri-la.

— A nova meta e o discurso de Palocci ao anunciá-la sepultam qualquer dúvida a respeito da responsabilidade fiscal do novo governo — disse o economista Fernando Honorato Barbosa, do BBV Banco.

Langoni: esforço protege contra turbulência durante uma guerra

Alexandre Maia, da administradora de recursos GAP Asset, destaca que o novo esforço fiscal é capaz de manter estável a relação entre dívida e PIB. Na sua opinião, trata-se de uma meta crível e que deixa espaço de manobra para que o governo, caso necessário, adote um superávit ainda mais elevado no futuro:

— O cenário atual é de incertezas. Alguns analistas esperavam uma meta de 4,5%. Mas não está claro ainda qual será a contribuição do crescimento econômico para o aumento de receitas, já que estamos na iminência de uma guerra e os juros subiram. Por isso, uma meta menos ambiciosa é mais factível.

O diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Langoni, lembra que foi importante o governo anunciar o aumento do superávit primário antes do provável ataque dos Estados Unidos ao Iraque. A medida, afirma, serve como uma espécie de proteção contra a turbulência financeira que deve surgir com a guerra. ■